

## OBSERVATÓRIO DA CULTURA: Uma proposta para Porto Alegre<sup>1</sup>

Álvaro Sant<sup>2</sup>

### *Desenvolvimento e direitos culturais*

Até a década de 1980, o crescimento econômico ocupava o centro das atenções de governos e estudiosos do desenvolvimento, objetivo cujo alcance seria medido através do crescimento do PIB *per capita* das nações. Desde então, a noção de desenvolvimento vem sendo ampliada no sentido de considerar cada vez mais aspectos da qualidade de vida das populações. Passo decisivo neste sentido foi a publicação pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do *Relatório de Desenvolvimento Humano*, a partir de 1990. Ao reconhecer que “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações”, o Desenvolvimento Humano define-se, desde então, como “ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e *criativas*” (grifo meu).

O papel específico da *Cultura* apareceria a seguir, no relatório *Nossa diversidade criadora* (1995), produzido pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU – em que o Brasil esteve representado por Celso Furtado<sup>3</sup>. Posteriormente, representantes de 150 países reuniram-se em Estocolmo para a primeira conferência internacional sobre o tema, tendo como resultado um *Plano de Ação sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento* (1998).

Estes precedentes culminaram com a celebração, no âmbito da UNESCO, da *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2005), agora com decisiva participação da delegação brasileira. A *Convenção* veio reafirmar “a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento... especialmente para países em desenvolvimento”, encorajando ações “para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo”.

Porto Alegre também foi cenário deste processo, na elaboração da *Agenda 21 da cultura* (2004), que se propõe a ser o “primeiro documento, com vocação mundial, que aposta por estabelecer as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural”. Aprovada em Barcelona, a *Agenda 21 da cultura*

---

<sup>1</sup> Texto escrito com o objetivo de apresentar o projeto do Observatório da Cultura de Porto Alegre ao público do Fórum Social Temático (27/1/2012).

<sup>2</sup> Assistente Técnico na Prefeitura de Porto Alegre. Mestre em Letras e Bacharel em Música pela UFRGS.

<sup>3</sup> Nosso primeiro ministro da cultura, de fato, havia abordado o tema em obras como *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984).

recebeu adesão de diversas cidades e governos locais “comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz”. Sua difusão e implantação foi assumida pela rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), que em 2010 aprovou novo documento intitulado *A cultura é o quarto pilar do desenvolvimento sustentável*, recomendando aos governos locais que “integrem a dimensão cultural em suas políticas de desenvolvimento”.

Ainda em 2010, no relatório *Economia Criativa: uma opção viável para o desenvolvimento*, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) afirmaria, com base num conjunto extenso de dados, que não obstante a contração de 12% no comércio exterior durante a crise global de 2008, as exportações de bens e serviços criativos seguiram crescendo, confirmando o potencial deste setor como opção estratégica para países emergentes que pretendem diversificar suas economias.

E no mesmo ano, chegamos ao ponto alto deste percurso, quando a 65ª. Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu, pela primeira vez, “a importância da cultura para o desenvolvimento e sua contribuição para atingir as oito *Metas de Desenvolvimento do Milênio*”.

Ao contrário dos fatos citados, a intervenção pública na esfera da cultura no âmbito dos Estados nacionais não é recente, remontando às origens destes.<sup>4</sup> O que há de novo, paralelamente à percepção crescente das relações entre cultura e desenvolvimento, é o reconhecimento formal dos chamados *direitos culturais*, expresso nas constituições da maior parte dos países ocidentais, bem como na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* da ONU (1948). Ora, quem reivindica direito a participar da vida cultural, a ter a autoria reconhecida ou acesso ao patrimônio, deixa de ser objeto passivo de ação da autoridade - seja esta ação de proteção, promoção, permissão ou repressão – adquirindo papel de protagonista de uma *política pública*. Só então é que este termo pode ser propriamente empregado, no âmbito cultural.

---

<sup>4</sup> E não deixemos de notar, mesmo de passagem, uma instituição outrora bem mais poderosa, cuja atuação moldou ao longo de séculos as mais diversas expressões artísticas, de acordo com diretrizes próprias: a Igreja de Roma. V. p.ex. Burke, P. A cultura popular na Idade Moderna.

## *Observatório de Cultura: para quê?*

Neste mundo, onde é crescente a visibilidade dos direitos culturais e a centralidade da cultura no desenvolvimento humano, o que nos leva a propor um Observatório da Cultura? Duas grandes inquietações são as molas propulsoras dessa idéia.

A primeira diz respeito ao lugar – ou ao valor - da cultura no conjunto das políticas públicas, que ilustrarei com um exemplo. No início de 2009, o *Cultura & Mercado* publicou um artigo de minha autoria, “Cultura, Política e Desenvolvimento”, cujo ponto de partida era uma frase, destacada pela imprensa, do então secretário de saúde que, com razão, comemorava o fato de o Rio Grande do Sul ter o índice de mortalidade infantil mais baixo do país. A frase era: “Uma criança bem cuidada dificilmente será um adulto violento”.

Meu texto procurava por em xeque esta afirmação aparentemente óbvia, comparando os dados comemorados - além de outros indicadores favoráveis ao RS no comparativo com outras unidades da federação com os registros policiais de crimes violentos do Ministério da Justiça. Essa comparação deixava claro que a qualidade de nossa educação e do atendimento à saúde no estado infelizmente não era suficiente para produzir adultos menos violentos.

Minha hipótese, que não chegava a ser inovadora, era que os altos índices de violência locais tem raízes na nossa cultura, em nosso modo peculiar – gaúcho - de ser e estar no mundo. A dificuldade inicial de aceitar tal hipótese reside, obviamente, no fato de essa mesma cultura ter sido sempre motivo de orgulho e celebração para nós. Aceitá-la como premissa, porém, e especialmente para quem reflete sobre as funções do Estado, não equivale a aceitar *a realidade* tal como está, mas ao contrário entender que uma política pública *para a cultura* pode e deve se colocar o desafio de *transformá-la*. Diante disso, limitar-se a acriticamente festejar nossas façanhas e atributos guerreiros só seria possível a partir da idealização da cultura como um campo de valores sempre positivos, imutáveis e sem conflitos.

Por outro lado, uma política para a *segurança* teria de pensar a cultura como ferramenta estratégica. Em ambos os casos, impõe-se uma ação transversal que não diminua a cultura ao instrumentalizá-la, mas ao contrário faça crescer sua compreensão junto a outros setores do Estado. Já existem iniciativas, inclusive no Brasil, que incorporam esse olhar – no âmbito do PRONASCI, por exemplo – porém ainda são exceções, longe de constituírem uma diretriz de longo prazo. Tais ações, contudo, não

podem ser eventuais e aleatórias, necessitando de fundamentação teórica, planejamento, continuidade e avaliação constantes.

A segunda inquietação que nos move resulta do olhar de um servidor público sobre o cotidiano da instituição onde atua - a Secretaria Municipal da Cultura, prestes a completar 24 anos de existência. De que informações dispomos para nos orientar? Quantos são os equipamentos culturais de Porto Alegre? Onde se concentram? Onde vivem e trabalham os artistas? Como sustentam suas famílias? Onde se localizam as empresas culturais? Quanto tempo sobrevivem? Seu número vem aumentando? Determinadas manifestações culturais são predominantes sobre outras? Em quais bairros? Quais comunidades são mais carentes de equipamentos ou de programação cultural? Qual a importância econômica das atividades culturais na cidade?

São inúmeras as perguntas cujas respostas simples ou complexas não sabemos, nem estamos procurando. Respostas mais que desejadas, necessárias, não somente aos gestores públicos, senão à própria comunidade em busca de auto-conhecimento. Na sua ausência, apaga-se incêndios ou atende-se a demandas pontuais de corporações e comunidades; quando não ao arbítrio e ao gosto do legislador ou do próprio gestor.

Outro exemplo. Em 2006, realizamos o *Mecenas na República*, seminário sobre o financiamento público da cultura, ao fim do qual criamos um grupo de trabalho com representantes da sociedade civil, para elaborar uma proposta de lei de incentivo à cultura municipal, um complemento ao FUMPROARTE. Entregue ao prefeito, o avanço do anteprojeto emperrou por falta de informação. Como abrir mão de arrecadação, alegava a Fazenda, sem uma estimativa dos benefícios de tal medida?

Pouco sabemos, portanto, a respeito do nosso “negócio”, do nosso “mercado”. Os dados disponíveis limitam-se a setores melhor organizados ou economicamente auto-sustentáveis: cinemas, grandes produtoras, grandes teatros, editoras. No mais, estamos no campo das conjecturas. A despeito disso, há um aspecto nada desprezível sobre o qual já temos uma boa ideia: a exclusão.

Pesquisa realizada pela SMC há mais de 10 anos constatou que mais de 40% dos cidadãos do Município não tinha o hábito de ler livros, enquanto mais de 80% não tinha o hábito de frequentar espetáculos de teatro ou dança.<sup>5</sup> Esses dados não destoam daqueles divulgados pelo Ministério da Cultura, no lançamento do programa Mais Cultura,

---

<sup>5</sup> Disponível no site do ObservaPoa. Foram entrevistadas 600 pessoas de todas as regiões da cidade.

em 2007, a saber: somente 13% dos brasileiros vão ao cinema pelo menos uma vez por ano; 92% nunca frequentaram museus; 93% jamais frequentaram uma exposição; 78% nunca assistiram a espetáculo de dança. São dados alarmantes, aos quais não se pode ficar indiferente. Outra vez, a transformação desta realidade se impõe como prioridade. Parafraseando a divisa do atual governo federal (“País rico é país sem pobreza”), diríamos que “País culto é país sem exclusão cultural”.

Mesmo o FUMPROARTE, instrumento dos mais democráticos na gestão de recursos para a cultura, deixa a desejar neste quesito. Dados dos primeiros 10 anos de funcionamento mostraram que 83% dos projetos aprovados eram de residentes nas 3 regiões da cidade com renda média superior a 10 salários mínimos, onde moram pouco mais de 1/3 da população total; enquanto os residentes nas 8 regiões mais pobres, onde reside outra terça parte, aprovaram somente 3%.<sup>6</sup>

Contudo, mesmo que estivéssemos todos de acordo sobre esta prioridade na ação do Estado e nos dispuséssemos desde já a trabalhar nela, não tardaríamos a perceber que nos faltam instrumentos para acompanhar tal ação, verificando seus resultados ao longo do tempo. Não é por outro motivo que a Lei 12.343/2010, ao consagrar o Plano Nacional de Cultura, criou também o Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC), contudo ainda distante de se tornar realidade.

São estas, em resumo, as razões que nos levaram a criar o Observatório da Cultura de Porto Alegre, conscientes da urgente necessidade de: 1) Estabelecer, para as políticas públicas de cultura, *prioridades e metas*, a partir de um mapeamento abrangente da realidade, com a participação da sociedade; 2) Estabelecer *indicadores* que permitam monitorar de forma permanente o progresso no atingimento dessas metas; e, não menos importante, 3) Dar a máxima transparência a essas informações.

Finalizo com a imagem que nos foi dada por Ana Carla Fonseca, em histórica audiência pública sobre Economia da Cultura, realizada pela Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável da Assembléia Legislativa do RS, em 2008. Ao criticar a ênfase nos valores investidos pelos órgãos públicos de cultura, ela nos convidava a imaginar um Ministério da Saúde que divulgasse orgulhosamente seus gastos em medicamentos, sem no entanto conhecer os resultados de tais gastos sobre a saúde da

---

<sup>6</sup> As regiões Centro, Noroeste e Sul são as de maior poder aquisitivo; as de menor são Eixo Baltazar, Humaitá/Navegantes/ilhas, Glória, Extremo Sul, Norte, Restinga, Lomba do Pinheiro e Nordeste. (Cfe. IBGE, Censo 2000)

população. Assim, exatamente assim estamos na gestão pública da cultura no Brasil - com raríssimas exceções, que merecem ser encontradas e estudadas.